

Agricultores familiares aumentam renda em 30%, diz estudo

Estudo mostra que trabalhadores ficam menos dependentes de benefícios

Uma das alegrias da agricultora piauiense Célia Maria da Silva Soares, de 66 anos, é quando os quatro netos invadem a cozinha de sua casa e sentam-se à mesa para comer um “prato” de feijão verde.

Além do tempero especial de “amor de vó”, eles adoram o prato, acompanhado pela farinha de mandioca que ela produz e o cheiro verde que saiu da mesma plantação. Nada de refrigerante. As frutas da horta viram suco para as crianças.

A roça da “vó Célia” fica no Assentamento Santana Nossa Esperança, na zona rural de Teresina (PI). Além de abastecer o paladar das crianças e dos dois filhos, Célia e o marido, Francisco, plantam, como agricultores familiares, para vender ao Programa de Aquisição de Alimentos (conhecido como PAA) do governo federal.

Produção comprada é doada

Esse programa é de 2003 e prevê que os produtos dos agricultores familiares, como Célia, cheguem de graça a pessoas em vulnerabilidade em todo o Brasil, doados pelo governo a organizações das redes socioassistenciais, públicas e filantrópicas.

Se faz diferença no prato das pessoas, também provoca mudança na vida dos agricultores. Segundo estudo divulgado nesta segunda-feira (22) pelo governo federal, os agricultores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tiveram um aumento de até 30% na renda.

A pesquisa foi desenvolvida pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Desde o início de 2023, o governo federal investiu cerca de R\$ 2 bilhões no



A pesquisa foi desenvolvida pela UFABC e pelo Cebrap

programa para adquirir 376,6 mil toneladas de alimentos para todo o país.

No período, cerca de 140 mil agricultores familiares venderam a produção para o programa. Esses recursos beneficiaram ao menos 9 milhões de pessoas. O programa chegou a 9.310 entidades receptoras de alimentos.

“Tudo na cerâmica”

No caso de Célia, já são 20 anos na roça de um terreno do In-cra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que fica a cerca de seis quilômetros da casa dela. Desde que foi beneficiada pelo programa do governo, na última década, ela conseguiu melhorar a “casa simples”.

“Hoje é tudo na cerâmica”. É o melhor momento desde que saiu da cidade de Piri-piri para tentar a vida em Teresina, a 150 quilômetros de distância. Além de conseguir vender os produtos

ao governo, Célia e Francisco “amam” viver no assentamento porque conseguem levar o que plantam para a quitanda da comunidade.

“Aqui a gente compartilha nossos produtos e não falta comida para ninguém”, disse a agricultora que ampliou a produção de milho, abóbora, macaxeira, maxixe, manga e tamarindo. Tudo orgânico e, assim, livre dos agrotóxicos. Inclusive, mel e beiju.

Para Célia, é uma satisfação saber que está produzindo para saciar a fome daqueles que estão precisando. Por isso, o casal acorda às 6h todos os dias.

Menos dependência

Segundo estudo apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a implementação do PAA foi capaz de reduzir em até 57% a chance de permanência dos

agricultores no Cadastro Único.

Em 2024, o programa esteve presente em 3.334 municípios (60% do total das cidades brasileiras), em todas as regiões do país. O estudo revelou ainda que os beneficiários da modalidade “Compra com Doação Simultânea” tiveram aumento médio de R\$ 50 na renda per capita, o equivalente a um crescimento de 30%.

O estudo identificou que 75% desses agricultores estão inscritos no Cadastro Único. Para os beneficiados pelo PAA de venda de leite, o aumento médio foi de R\$ 32 por pessoa, o que representou um aumento de 19% na renda.

A pesquisa registrou ainda aumento da participação de povos indígenas (de 0,7% a 6%) entre 2022 e 2024, após a ampliação da prioridade para esse público na execução do programa.

Mercado financeiro eleva projeção de inflação e vê Selic em 14% ao ano em 2026

Fernando Frazão/Agência Brasil

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 5,3% para 5,33% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (22), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Mesmo após o anúncio de acordo para o fim da guerra no Oriente Médio, que vem pressionando o preço dos combustíveis e de alimentos, a previsão para o IPCA até o fim deste ano foi elevada pela décima quinta semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho

Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em maio, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,58%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,72%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já fora do teto da meta de inflação.

Para 2027, a projeção de inflação subiu de 4,1% para 4,15%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,7% e 3,5%, respectivamente.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida



Preços dos alimentos pressionou a inflação em maio

atualmente em 14,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, semana passada, por unanimidade, o colegiado redu-

ziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela terceira vez seguida, apesar das tensões em torno do fim da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março

deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom iniciou o corte dos juros em março, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificultou a queda da taxa em ritmo mais elevado.

Nessa reunião, o Copom apontou a permanência de incertezas sobre os termos do acordo para cessar os conflitos armados e as consequências dos efeitos já materializados como determinantes para a decisão de reduzir a Selic. O comitê informou ainda que o tamanho total do ajuste dos juros dependerá dos próximos dados econômicos, com o objetivo de garantir que a inflação volte à meta.